



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7652 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE REFORMAS EDUCATIVAS NAS REUNIÕES ANUAIS DA ANPEd (2000-2017)

Roberta Freire Bastos - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Eliza Bartolozzi Ferreira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

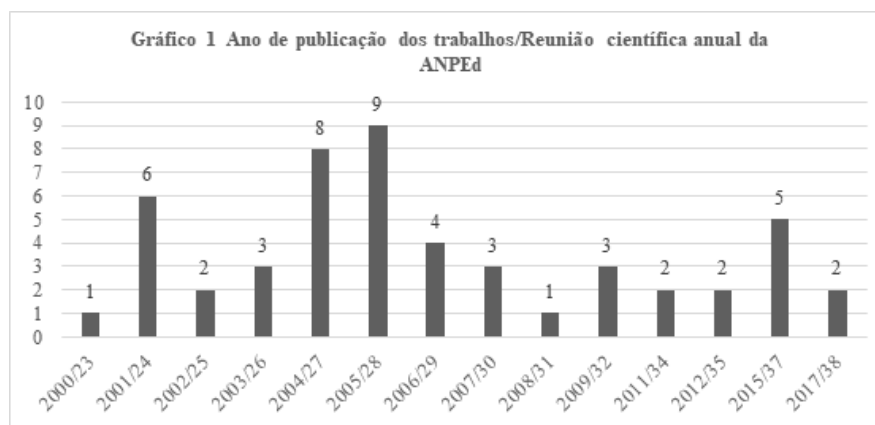
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE REFORMAS EDUCATIVAS NAS REUNIÕES ANUAIS DA ANPEd (2000-2017)

O presente texto tem como objetivo realizar um estudo sobre o tema reformas educativas na produção acadêmica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) como parte de uma pesquisa de Doutorado em Educação em andamento. Para este resumo apresentaremos indicadores dos textos sobre o tema reformas educativas apresentados nas Reuniões Científicas Anuais da ANPEd no período de 2000-2017 com a finalidade de ampliar as análises posteriormente. Na educação, as reformas foram intensificadas na “Era globalizante” e adquirem traços comuns em várias partes do mundo, sobretudo nos países emergentes, a partir do discurso da qualidade no interior de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE) (ROBERTSON; DALE, 2011). As reformas desenvolvidas sob a égide globalizante foram escolhidas como objeto de estudo diante da preponderância dessa temática na agenda das políticas educativas de diversos países. Ademais, destacamos que, no bojo de um panorama de reformas conservadoras que retardam o desenvolvimento da educação brasileira e retiram direitos da classe trabalhadora, como Reforma do ensino médio, Reforma trabalhista, Reforma da previdência e Reforma administrativa, essa é uma pauta de discussão cada vez mais urgente em nossa sociedade.

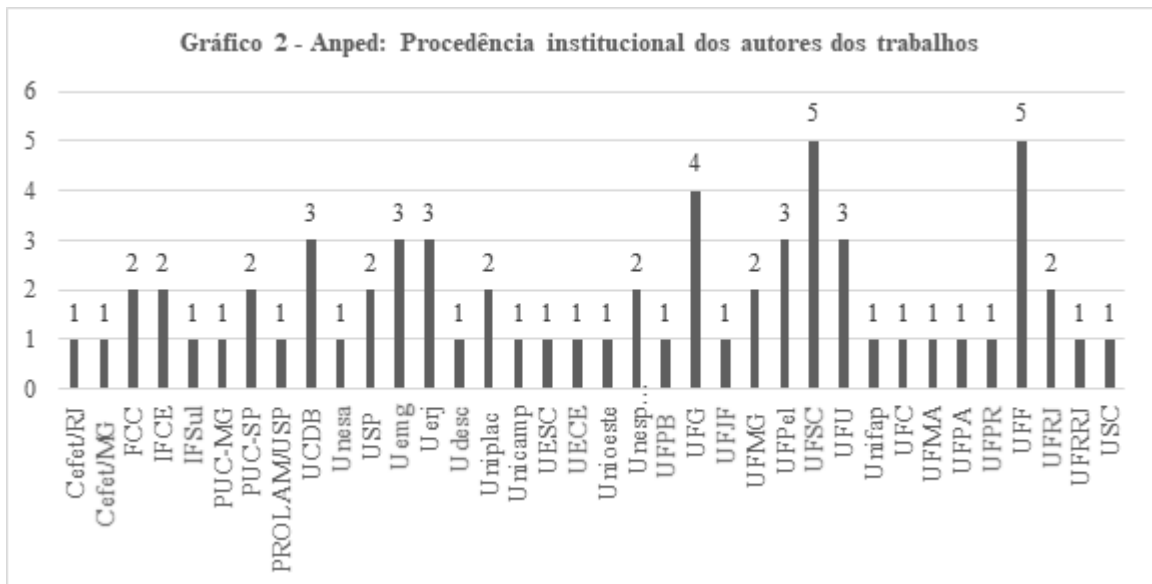
A “teoria do campo” (BOURDIEU, 2004) é um importante referencial teórico-metodológico para pensar essa pesquisa. O campo é concebido com um espaço que forma “linhas de força”, se estrutura como um sistema de relações que pressupõe conflitos entre grupos em situações e posições diversas, formando um sistema de posições sociais que estão associadas a posições intelectuais e artísticas presentes em um espaço de relações interindividuais que não é neutro (BOURDIEU, 2004). Nosso interesse é pelo estudo do campo acadêmico, sobretudo o campo da política educacional no Brasil. Diante da importância da ANPEd no desenvolvimento da ciência no Brasil, como maior associação científica de pesquisa em educação no país, selecionamos o seu sítio eletrônico como lócus da pesquisa no interior do campo acadêmico da política educacional para investigar o tema reformas educativas.

Buscamos nos títulos dos textos a palavra “reforma” e selecionamos apenas textos da modalidade “comunicação oral”, pois, geralmente, os pôsteres apresentam pesquisas em andamento. Foram feitas buscas nos textos da modalidade comunicação oral, no mês de julho de 2018, em cada Grupo de Trabalho, de cada uma das Reuniões Anuais (23^a a 38^a) a partir do termo “reforma” nos títulos dos trabalhos. Todos os textos selecionados foram apresentados a partir de 2000, que se refere ao recorte temporal de nossa pesquisa de doutoramento, pois no levantamento bibliográfico foi percebido que houve uma grande quantidade de publicações encontradas a partir desse ano, o que pode indicar o crescente interesse pelo estudo do tema a partir desse período. Para este trabalho apresentaremos alguns indicadores dos 52 textos encontrados: ano de publicação dos trabalhos, procedência institucional dos autores; tipo de mantenedor do vínculo institucional dos autores; procedência local da instituição de vínculo dos autores e temas dos trabalhos. Quanto ao ano de publicação dos trabalhos, 2004 e 2005, segundo e terceiro anos de governo do presidente Lula da Silva em seu primeiro mandato (2003-2006) alcançaram mais resultados. Além do ano de 2001, que apresentou seis trabalhos, conforme o Gráfico 1.



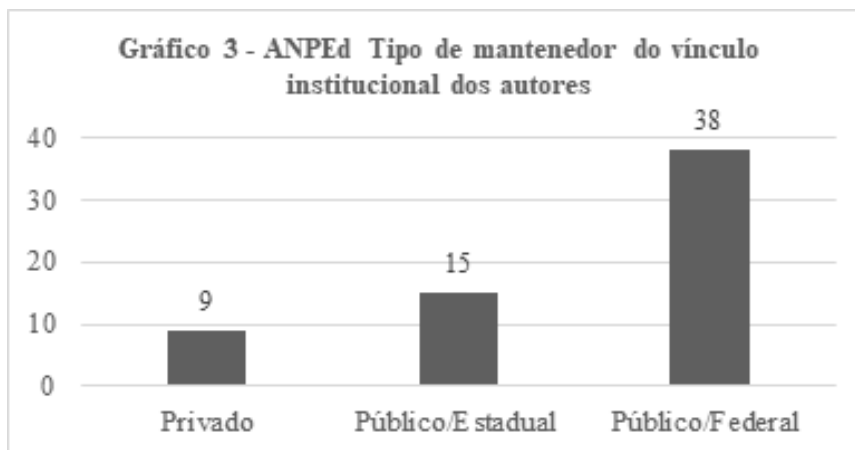
Fonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED, 2018)
Nota: Dados trabalhados pelas autoras

Os gráficos abaixo apresentam as instituições em que foram realizadas as pesquisas e demonstram que, majoritariamente, os trabalhos estão vinculados a instituições públicas mantidas pelo Poder Público federal, pois 38 autores dos trabalhos estão vinculados a instituições federais, enquanto 15 possuem vínculo com instituições públicas estaduais e nove possuem vínculo com instituições privadas. Quanto à localização das instituições de vínculo dos autores, mais da metade dos autores (31 de 58 autores) estão vinculados a instituições localizadas na Região Sudeste. Observamos também que grande parte das autorias estão vinculadas a instituições situadas na Região Sul (12 de 58 autores).

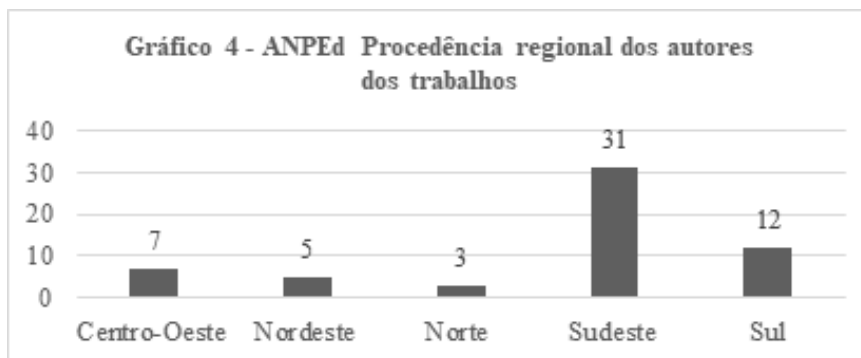


Fonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED, 2018).
Nota: Dados trabalhados pelas autoras

Em relação às instituições com maior número de autorias, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentaram cinco autorias cada uma.

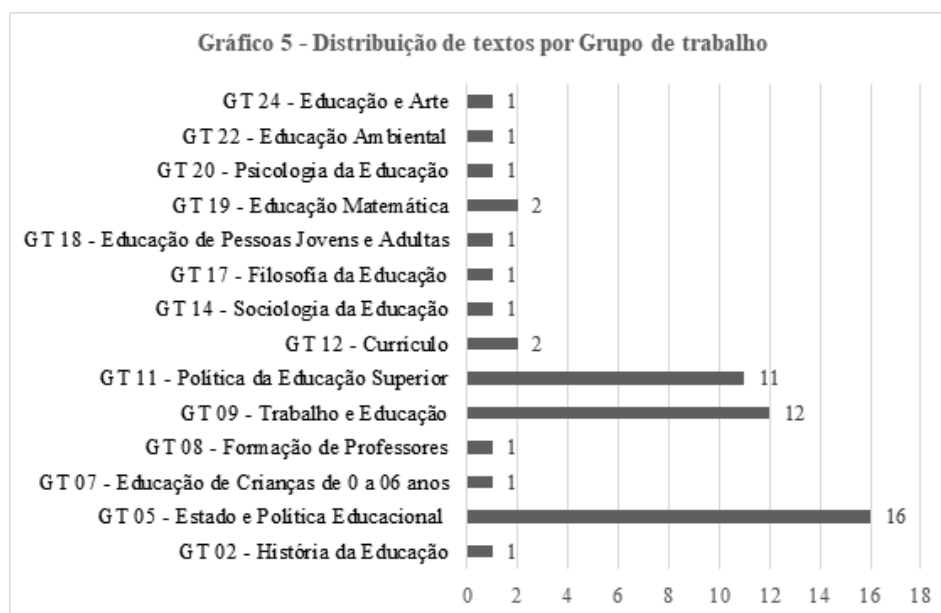


Fonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED, 2018)
Nota: Dados trabalhados pelas autoras



Fonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED, 2018)
Nota: Dados trabalhados pelas autoras

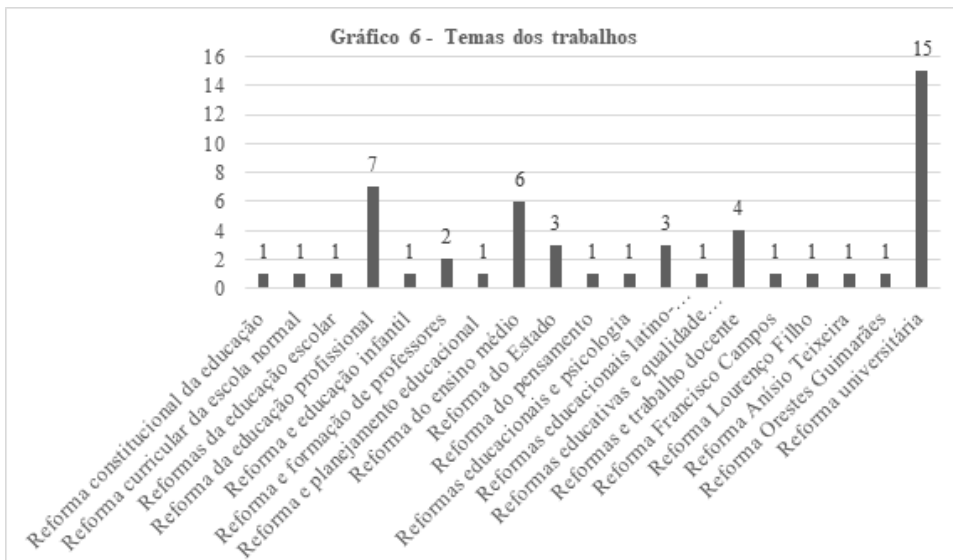
A busca no sítio eletrônico da ANPED revelou que o tema “reformas educativas” aparece nos textos de 14 Grupos de Trabalho, com ênfase nos GT’s 05, 09 e 11. Não foram encontrados trabalhos nos GTs: GT 03 – Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos; GT 04 – Didática; GT 06 – Educação Popular; GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos; GT 13 – Educação Fundamental; GT 15 – Educação Especial ; GT 16 – Educação e Comunicação; GT 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais; GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, conforme gráfico abaixo.



Fonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED, 2018)

Nota: Dados trabalhados pelas autoras

Em relação aos temas que atravessam as reformas educativas, o mais recorrente foi reforma universitária, com um total de 15 de 52 textos. Também foram numerosos os trabalhos sobre reforma da educação profissional, com um total de sete trabalhos. Por fim, apresentou expressividade a reforma do ensino médio, com seis textos.



Fonte:

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED, 2018)

Nota: Dados trabalhados pelas autoras

Destacamos que reforma universitária se refere à reforma em diferentes épocas: da Reforma Universitária de 1968 até o Programa Universidade Para Todos (ProUni). A reforma do ensino médio é estudada em diferentes períodos (1990, 2000 e 2010) e contextos, pois nesse tema também estão incluídos o ensino secundário e o debate internacional (ensino médio no Chile). A discussão sobre ensino médio está entrelaçada com a educação profissional, também recorrente em diferentes períodos (1970 até 2000). As áreas de estudo que não foram contempladas são relativamente novas, como o direito à educação especial, a educação para as relações étnico-raciais e a discussão sobre gênero e sexualidade na educação. Para maiores inferências sobre os conteúdos dos textos é preciso estudá-los particularmente. Essa proposta confirma a importância do tema reformas educativas no campo acadêmico da política educacional no Brasil, tendo em vista o seu protagonismo na agenda política de diferentes governos e organizações multilaterais e a expressividade demonstrada com a busca feita no banco de dados da ANPED.

Palavras-chave: Reformas educativas. Campo acadêmico. Política educacional. ANPED.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

ROBERTSON, Susan; DALE, Roger. Pesquisar a Educação em um Era Globalizante. *Educ. Real. (Online)*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, pp. 347-363, maio/ago. 2011.